

Globethics Repository



Religião e política [Religion and politics]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Wolfart, Graziela
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-14 03:56:03
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/159070

Religião e política. A instrumentalização recíproca

Para Ricardo Mariano, num contexto onde vigoram liberdade religiosa, pluralismo religioso, acirrada competição inter-religiosa e onde o mercado não é regulado pelo Estado, o trânsito religioso tende a se intensificar

POR GRAZIELA WOLFART

Sobre as relações entre religião e política no Brasil, o sociólogo Ricardo Mariano pontua que, de um lado, “observa-se uma crescente ocupação religiosa da esfera pública. Isto é, apóstolos, bispos, missionários e pastores pentecostais, a cada pleito, tentam transformar seus rebanhos religiosos em currais eleitorais, seja para eleger seus próprios representantes religiosos ao Legislativo, seja para, em troca de promessas e benesses diversas, apoiar eleitoralmente candidatos seculares a cargos majoritários. De outro, verifica-se que candidatos, políticos e partidos de Norte a Sul do país, independentemente de suas orientações ideológicas, cada vez mais tentam instrumentalizar a religião para fins político-partidários e eleitorais. Trata-se, portanto, de uma instrumentalização mútua”. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele destaca que “no Congresso

Nacional e nos legislativos municipais e estaduais a presença e o ativismo político dos pentecostais vêm ganhando terreno a passos largos. Trata-se de um ativismo político recheado de moralismo e corporativismo e, desde a Constituinte, marcado por escândalos. Pesquisa da ONG Transparência Brasil revela que 95% dos membros da bancada evangélica estão entre os mais faltosos do Congresso Nacional e, em sua maioria, são objeto de processos judiciais, enquanto, segundo o DIAP, 87% deles constam entre os ‘mais inexpressivos’”.

Ricardo Mariano é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, onde também realizou o mestrado e doutorado em Sociologia. Hoje, é professor na PUCRS. Entre suas obras, citamos *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (São Paulo: Edições Loyola, 2005).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o senhor analisa as relações entre religião e política no Brasil?

Ricardo Mariano – De um lado, observa-se uma crescente ocupação religiosa da esfera pública. Isto é, apóstolos, bispos, missionários e pastores pentecostais, a cada pleito, tentam transformar seus rebanhos religiosos em currais eleitorais, seja para eleger seus próprios representantes religiosos ao Legislativo, seja para, em troca de promessas e benesses diversas, apoiar eleitoralmente candidatos seculares a cargos majori-

tários. De outro, verifica-se que candidatos, políticos e partidos de Norte a Sul do país, independentemente de suas orientações ideológicas, cada vez mais tentam instrumentalizar a religião para fins político-partidários e eleitorais. Trata-se, portanto, de uma instrumentalização mútua. Dirigentes e leigos católicos também participam da vida política, geralmente através do lobby da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, mas não só. Muitos deles, por exemplo, atuaram intensamente na eleição presidencial em 2010. Bispos e leigos conservado-

res (assim como muitos pentecostais) atacaram a candidata petista à presidência, opuseram-se ao III Programa Nacional de Direitos Humanos, especialmente às propostas de descriminalização do aborto e de retirada de crucifixos de edifícios da União.

A criminalização da homofobia

Em 2010, os evangélicos atacaram, sobretudo, o Projeto de Lei 122/2006¹, proposto por uma par-

¹ O Projeto de lei da Câmara 122 de 2006, denominado no Senado como PLC 122/2006 e popularmente conhecido

lamentar petista, visando criminalizar a homofobia. Por isso o referido projeto de lei é percebido por muitos desses religiosos como um atentado à liberdade religiosa e de expressão. Defendem ferrenhamente seu direito de prosseguir, animados, pregando um discurso homofóbico que vê a homossexualidade como patológica, pecaminosa, diabólica e uma perversão da natureza humana. Fundamentados em preconceitos moralistas de extração bíblica e abertamente dispostos a discriminar minorias sexuais, muitos líderes pentecostais, versados em interpretações fundamentalistas dos evangelhos, se opõem abertamente ao espírito dos direitos humanos, dos direitos de cidadania e dos valores da democracia. A recente polêmica envolvendo o famigerado “kit gay”, usado como arma eleitoral contra o candidato petista a prefeito de São Paulo, foi apenas a mais nova dessas manifestações homofóbicas.

O caso Russomanno

Na campanha para prefeito de São Paulo deste ano, além da romaria de candidatos às missas de Padre Marcelo Rossi² e de Aparecida, o cardeal-arcebispo, dom Odilo Scherer, entrou de sola na disputa, ao divulgar comunicado, lido em missas pela capital, desancando (sem citá-la nominalmente) a candidatura de Celso Russomanno. Apesar de afirmar-se um “católico fervoroso”, Russomanno foi alvo do tiroteio entre dirigentes da Igreja Universal e da Igreja Católica. Matérias de imprensa mostraram que pastores e obreiros

como PL 122, é um projeto de lei brasileiro apresentado pela então deputada Iara Bernardi (PT - SP). O projeto de lei tem por objetivo criminalizar a homofobia no país e encontra-se na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal do Brasil. É considerado por importantes juristas, entre eles dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como constitucional. (Nota da IHU On-Line)

2 Marcelo Mendonça Rossi (1967): sacerdote católico, cantor, ator e ex-professor de educação física brasileiro, conhecido por sua atuação na divulgação da fé católica através dos meios de comunicação social. O Padre Rossi ficou nacionalmente conhecido pela forma de adoração praticada pela Renovação Carismática Católica. (Nota da IHU On-Line)

“Dirigentes e leigos católicos também participam da vida política, geralmente através do lobby da CNBB”

da igreja, à revelia da lei, estavam atuando como cabos eleitorais e alguns templos, funcionando como comitês de campanha de Russomanno. Ex-apresentador da Rede Record e candidato pelo PRB, partido criado e comandado pela Igreja Universal, ele não teve como desvencilhar-se dos ataques católicos, sobretudo quando veio a público as acusações (delirantes) feitas um ano antes pelo presidente do PRB, bispo Marcos Pereira, de que a Igreja Católica era uma das responsáveis pela promoção do chamado “kit gay”, isto é, o kit anti-homofobia formulado (mas cujo lançamento foi abortado por pressão de evangélicos) pelo Ministério da Educação sob a direção de Fernando Haddad, então candidato a prefeito do município de São Paulo pelo PT. Os ataques católicos chamaram a atenção para o fato (desconhecido por grande parte de seus eleitores, em boa medida pouco escolarizada) de que Russomanno era candidato de um conglomerado religioso, midiático e partidário pertencente à Igreja Universal, denominação neopentecostal pouco prestigiada, associada a escândalos diversos e, há décadas, promotora de estratégias de arrecadação heterodoxas.

Limites e dificuldades da instrumentalização religiosa para fins eleitorais

A instrumentalização religiosa para fins eleitorais apresenta limites e dificuldades consideráveis. Para o

poder Legislativo, nem tanto, já que Assembleia de Deus, Igreja Universal e Quadrangular, entre outras, têm conseguido eleger crescente número de vereadores, deputados estaduais e federais. Para o Executivo, porém, sua influência é bem menor, muito menos decisiva. Isso ocorre não somente porque os evangélicos pentecostais compõem uma minoria da população. Deve-se também ao fato de que esse movimento religioso é fragmentado, diversificado, recortado por um sem-número de denominações concorrentes. Concorrência denominacional que, por diversas razões, se reproduz nas alianças e nos apoios eleitorais. Basta observar que, na eleição à prefeitura paulistana de 2012, três diferentes igrejas identificadas como Assembleia de Deus (duas de convenções concorrentes, outra de um ministério independente) apoiaram três candidatos distintos a prefeito. Divisionismo religioso e político. No momento, os evangélicos podem vir a decidir uma eleição majoritária tão somente no caso de haver um candidato evangélico no segundo turno capaz de mobilizar seu voto (Garotinho recebeu 51% do voto evangélico no primeiro turno de 2002, mas apenas 6% do dos católicos, clivagem religiosa radical que o impediu de passar para o segundo turno) ou no caso de um dos candidatos em disputa no segundo turno for objeto de um amplo boicote ou rejeição eleitoral de sua parte, por algum sério motivo religioso ou moral. No Congresso Nacional e nos legislativos municipais e estaduais, a presença e o ativismo político dos pentecostais vêm ganhando terreno a passos largos. Trata-se de um ativismo político recheado de moralismo e corporativismo e, desde a Constituinte, marcado por escândalos. Pesquisa da ONG Transparência Brasil revela que 95% dos membros da bancada evangélica estão entre os mais faltosos do Congresso Nacional e, em sua maioria, são objeto de processos judiciais, enquanto, segundo o DIAP, 87% deles constam entre os “mais inexpressivos”.

IHU On-Line – Quais os principais desafios para a sociologia da

religião, considerando o chamado “trânsito religioso” e a forma de viver a religiosidade e a fé na sociedade contemporânea, marcada pelo individualismo e pela autonomia?

Ricardo Mariano – Num contexto onde vigoram liberdade religiosa, pluralismo religioso, acirrada competição inter-religiosa e onde o mercado não é regulado pelo Estado, o trânsito religioso tende a intensificar-se. Pois nesse contexto os indivíduos detêm enorme liberdade para fazer suas escolhas religiosas. De modo que, quando insatisfeitos, podem rompê-las, trocá-las, minimizá-las e largá-las. Decerto, seus laços familiares e de sociabilidade, incluindo os religiosos, pesam em suas opções religiosas. O próprio esgarçamento do tecido familiar tende a reduzir, pouco a pouco, a importância da família na definição das opções religiosas dos indivíduos. Tais opções, assim, tendem a depender e apoiar-se mais e mais na subjetividade dos agentes, que, além de mediada por seus laços sociais e religiosos, é informada por uma série de outras fontes, como a literatura religiosa (incluindo as de matriz cristã, espírita, autoajuda, esotérica, nova era etc.), a internet e suas redes sociais, a música e as bandas religiosas (entre elas a gospel), as mais diversas publicações semanais, sobretudo as revistas destinadas a públicos femininos, os cursos e palestras de gurus, as feiras místicas etc.

A privatização da religião

Avança a privatização da religião. Com isso não se quer dizer que a religião se circunscreva cada vez mais à vida privada (decididamente não é isso que está ocorrendo), mas, sim, que se têm multiplicado as bricolagens, as experimentações idiossincráticas e privatizantes da religião. Aumenta também o contingente de pessoas que mantêm a identidade religiosa e a crença, mas preferem fazê-lo fora de instituições. Isso é algo que pode estar ocorrendo com parte dos 9,2 milhões de evangélicos identificados pelo Censo como evangélicos não determinados, isto é, como não filiados a igrejas. Em razão do contexto de liberdade, de pluralidade cultu-

“A corrente neopentecostal exerceu papel crucial na transformação do pentecostalismo nacional nas últimas três décadas”

ral, do individualismo e da crescente procura por autonomia individual em relação aos poderes constituídos, incluindo os religiosos, debilita-se, sobretudo, a capacidade do clero de impor a seu séquito condutas morais rigorosas, sectárias e indesejadas ou na contramão das transformações culturais e comportamentais em voga na sociedade abrangente. Estão sob pressão crescente, portanto, os grupos religiosos que pretendem, por exemplo, moralizar a conduta individual e controlar rigidamente a sexualidade de seus adeptos segundo ditames bíblicos morais ascéticos.

O anacronismo da moralidade sexual nas igrejas

Tais proposições tendem a dilatar as defecções, a indiferença religiosa e a hipocrisia. Pesquisa realizada pelo Bureau de Pesquisa e Estatística Cristã – BEPEC revela que 26,2% de homens e mulheres evangélicos casados concordou totalmente com a afirmação de que “o comportamento da igreja evangélica em relação ao sexo é muito hipócrita” (*Cristianismo Hoje*, jun./jul. 2011). Afirmação que indica descontentamento com o anacronismo da moralidade sexual pregada pelas igrejas evangélicas, mas também reivindicação de autonomia individual em relação a essa moral bíblica e às autoridades religiosas que a difundem. Cabe à sociologia da religião investigar mais atentamente como os

fiéis ou adeptos praticam sua religião e vivenciam efetivamente sua religiosidade. Mas isso, defendo, deve ser acompanhado da pesquisa do que fazem e propõem as instituições e suas lideranças religiosas, e não somente para observar o descompasso entre as crenças e práticas dos adeptos e as orientações de seus líderes. Mesmo que reduzido o poder pastoral, não se pode descuidar da importância sociológica das instituições religiosas na conformação do discurso, das crenças e práticas de seus adeptos, bem como em certos de seus padrões de comportamento. É preciso que a sociologia da religião dialogue mais com outras sociologias e com outras ciências sociais para ampliar seu alcance e aperfeiçoar sua análise.

IHU On-Line – Considerando a trajetória histórica do movimento pentecostal no Brasil, o que marca a religiosidade pentecostal atualmente? Em que sentido ela mais mudou em comparação a 50 anos atrás, por exemplo? Qual a novidade que a corrente neopentecostal introjetou na vivência religiosa brasileira?

Ricardo Mariano – A corrente neopentecostal exerceu papel crucial na transformação do pentecostalismo nacional nas últimas três décadas. Implantou e disseminou a Teologia da Prosperidade, abandonou e desprezou antigos usos e costumes de santidade, reduziu, por princípio e estratégia, o ascetismo e o sectarismo, adotou crenças da teologia do domínio, enfatizou a guerra espiritual contra o diabo, hipertrofiou e sistematizou a oferta de soluções mágico-religiosas nos cultos e na mídia, forjou gestão denominacional em moldes empresariais, investiu pesado no tele-evangelismo, na música gospel e na aquisição e arrendamento de emissoras assim como na formação de redes de rádio e TV, encarou a pluralização religiosa e sociocultural como um desafio evangelístico e de mercado e, tal como a Assembleia de Deus, ingressou na política partidária na Constituinte. No caso da Igreja Universal, além de eleger bancadas parlamentares, fundou um partido político, o PRB. Toda

essa transformação não ocorreu só em razão da deliberada disposição das novas lideranças pentecostais de promover, por razões diversas, tal acomodação às mudanças em curso na sociedade, mas também das pressões da concorrência religiosa e, sobretudo, dos constrangimentos impostos pelas demandas por mudança por parte de seus adeptos, clientes e diferentes públicos-alvo.

Acomodar o pentecostalismo à sociedade brasileira

A vertente neopentecostal liderou, portanto, diversas mudanças e inovações teológicas, estéticas, litúrgicas e comportamentais no pentecostalismo. Não obstante seu sectarismo no plano religioso, cujo destaque recai sobre sua demonização dos cultos afro-brasileiros, ela contribuiu fortemente para acomodar o pentecostalismo à sociedade brasileira. Colaborou, por exemplo, para abrir espaço ao surgimento e incorporação de artistas, modelos, surfistas, jogadores de futebol, políticos, rappers, roqueiros, atletas de Cristo, bandas gospel e até para a formação de blocos evangélicos carnavalescos: a folia de Cristo. Desde então, tornou-se possível ser pentecostal e modelo; ser pentecostal e roqueiro, etc. Tal conjunção identitária, que até há pouco era inadmissível e radicalmente incompatível com sua moralidade, com seus usos e costumes e com seu ascetismo, tornou-se repentinamente aceitável. Sinal de que essa religião, ao se transformar, vai paulatinamente deixando de ser um retrato negativo da cultura brasileira. Demonstração de que suas fronteiras identitárias, tanto no plano moral como no comportamental, tornaram-se mais diluídas, porosas, flexíveis e mais difíceis de distinguir. A ponto de terem surgido até os traficantes evangélicos, repletos de tatuagens (verdadeiros amuletos protetores) contendo versículos bíblicos. Mesmo as fronteiras religiosas mostram-se menos nítidas do que frequentemente se espera. Pesquisa do Datafolha, realizada em maio de 2007, mostrou que 8% dos pentecostais tinham um santo (católico) de devoção e 15%

“As fronteiras religiosas mostram-se menos nítidas do que frequentemente se espera”

deles acreditavam totalmente em reencarnação (doutrina de origem hindu disseminada pelo kardecismo no Brasil). Não obstante tamanha transformação, esses religiosos mantiveram importantes traços ascéticos e sectários, como a rejeição ao consumo de álcool, do fumo e das drogas, ao sexo fora do casamento, ao homossexualismo e ao ecumenismo.

IHU On-Line – No contexto atual, marcado pela secularização, o senhor percebe um arrefecimento ou um reavivamento da religiosidade entre as pessoas?

Ricardo Mariano – No Brasil, os católicos decresceram, os pentecostais cresceram aceleradamente entre os mais pobres nas regiões urbanas (sobretudo nas periferias violentas e desassistidas pelos poderes públicos) e de fronteira agrícola, os sem religião, grupo que mais cresceu entre 1980 e 2000, continuaram se expandindo embora num ritmo menor, os espíritas avançaram entre os estratos sociais de maior renda e escolaridade, os umbandistas, depois de perderem mais de 144 mil adeptos entre 1980 e 2000, estagnaram na última década, as Testemunhas de Jeová (intensamente proselitistas) e as outras religiões continuaram crescendo. De todo modo, excluindo católicos (64,6%), evangélicos (22,2%) e sem religião (8%), todas as outras somavam apenas 5% da população brasileira em 2010. A despeito do avanço dos sem religião, o Brasil retratado pelo último Censo Demográfico continua mostrando-se solo dos mais férteis

para a prédica religiosa, em especial para o pentecostalismo. No conjunto, as igrejas pentecostais continuam crescendo vigorosamente mediante, entre outros recursos e estratégias, o proselitismo pessoal (efetuado por leigos e, em especial, pelas mulheres) e midiático e a oferta sistemática de serviços mágico-religiosos (e terapêuticos) para a solução de problemas pontuais e imediatistas de saúde, psicológicos, afetivos, familiares, financeiros etc. Com suas promessas mágicas e taumatúrgicas, aproveitam, sobretudo, a vulnerabilidade social de parcela considerável da população brasileira, a tradição mágica do catolicismo popular, o baixo número de padres católicos, o elevado contingente de católicos nominais.

Brasil: um país laico?

Nas comparações internacionais, o Brasil aparece sempre entre os países mais religiosos em termos de crença e de prática religiosas. Constitucionalmente, o país é laico, não obstante o ensino religioso facultativo em escolas públicas, a recente concordata católica, a referência a Deus no preâmbulo da Constituição. No plano político, contudo, a laicidade tem sido pressionada pela instrumentalização recíproca entre religião e política. Pois, à medida que correm atrás de apoio, voto e legitimação providos por líderes e rebanhos religiosos, nossos políticos, partidos e governantes contribuem para reduzir a autonomia da política em relação aos poderes eclesiásticos e a seus rompantes moralistas, integristas e fundamentalistas. Muitas vezes isso ocorre por pura covardia ou por temor eleitoral diante dos lobbies religiosos e de seus representantes parlamentares. Com isso políticos seculares pressionados por grupos e parlamentares religiosos tendem a impedir que questões públicas fundamentais sejam tratadas e debatidas a partir de visões de mundo, expertises e conhecimentos seculares radicados na ciência, na medicina, na saúde pública, nos direitos humanos e daí por diante. Impedem, portanto, a secularização do encaminhamento e tratamento de uma série de problemas.

IHU On-Line – Quais as novidades nas pesquisas sobre a concordata católica, a Lei Geral das Religiões e as teorias sociológicas da secularização e da laicidade do Estado? Como essas pesquisas nos ajudam a compreender o cenário religioso brasileiro contemporâneo?

Ricardo Mariano – Não é possível resumi-los e nem fazer jus aos trabalhos que estão sendo realizados nos últimos anos sobre tais temas. O site do Observatório da Laicidade do Estado (OLÉ – <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/>) pode dar uma boa dimensão da variedade de pesquisas e temáticas que estão sendo desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, educação, história, direito, assistência social, psicologia, entre outras) envolvendo a questão da laicidade. Este tema vem se tornando mais e mais relevante à medida que se acelera a ocupação religiosa da mídia eletrônica, da política partidária e das campanhas eleitorais. Ocupação esta que deriva, em boa medida, do recrudescimento da competição entre pentecostais e católicos pela hegemonia religiosa no país. Tal competição intrarreligiosa desdobrou-se para a esfera pública nas últimas três décadas. O investimento maciço de pentecostais e católicos na compra de emissoras e na formação de redes de tevê exemplifica emblematicamente isso. Pela mesma razão, proliferaram os megatemplos e os megaeventos religiosos, efeitos de uma corrida desenfreada pela ocupação religiosa do espaço público.

O ativismo político e midiático de religiosos no Brasil

Ainda é cedo para sabermos as consequências, no médio e longo prazo, do crescente ativismo político e

“O Brasil retratado pelo último Censo Demográfico continua mostrando-se solo dos mais férteis para a prédica religiosa”

mediático desses religiosos no Brasil. Mas já se podem ver indícios – como ocorreu na exploração eleitoral do “kit gay” para tentar desmoralizar e prejudicar uma candidatura a prefeito em São Paulo nesta eleição – de reações seculares e religiosas adversas à mistura entre religião e política. No caso norte-americano, mais de três décadas consecutivas de ativismo da Direita Cristã não deram em bons resultados no campo político, já que a militância desses religiosos não conseguiu alterar nada de fundamental em prol de suas causas moralistas nos planos jurídico e político nos Estados Unidos. Mais que isso: recente pesquisa realizada pelo Pew Research Center revela que cresceu muito e rapidamente o contingente dos norte-americanos sem filiação religiosa. Já são 19,6% dos norte-americanos (incluindo os 13 milhões ou 6% de ateus e agnósticos) sem filiação religiosa. E os jovens são, disparado, os menos filiados a grupos religiosos. Nada menos do que um terço (32%) dos norte-americanos abaixo de 30 anos são *nones* ou *unaffiliated*, isto é,

sem filiação religiosa. Desde a Primeira Guerra, cada geração tem se revelado sempre menos religiosa do que a anterior. Tal forma de secularização tende a se estender pelas próximas gerações, à medida que a socialização religiosa intrafamiliar mostra-se cada vez mais débil. Mais ainda que os filiados a grupos religiosos, os não filiados criticam fortemente as igrejas e organizações religiosas por estarem preocupadas demais com dinheiro e poder e envolvidas demais na política. O envolvimento da Direita Cristã na política, além de criticado por religiosos e por não filiados à religião alguma, resultou na formação de diversos movimentos e coalizões seculares, que constituíram lobbies diversos para atuar sobre os poderes públicos. Reações laicas no Brasil não tardam por esperar, embora seja de todo improvável que ocorram nos moldes organizados, sistemáticos e pragmáticos dos movimentos seculares dos Estados Unidos, especialmente da encabeçada pela *Secular Coalition for America*.

Leia mais...

>> Ricardo Mariano já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**:

- “O dinheiro é o sangue da igreja”, publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU, de 01-09-2009, disponível em <http://migre.me/EOsk>;
- *O pentecostalismo no Brasil, cem anos depois. Uma religião dos pobres*. Publicada na edição número 329, de 17-05-2010, disponível em <http://bit.ly/PLUKD8>.

**LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**